

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

N^{os} 40/41

Novembro – Dezembro – 2003

- 2** Yang Liwei e a Nave Divina da Cooperação Cultural na Ásia-Pacífico
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 4** A ampliação da União Européia: oportunidades de comércio e negócios para o Brasil
João Augusto Baptista
- 6** O primeiro ano da política externa do governo Lula: renovação na continuidade?
Antônio Carlos Lessa
- 8** Os EUA e o Irã: A Última Fronteira?
Cristina Soreanu Pecequilo
- 13** O Fim de uma Era? O Iraque Pós-Hussein
Cristina Soreanu Pecequilo
- 17** Irlanda do Norte: impasse para o governo Blair
Virgílio Caixeta Arraes
- 19** No se me va a doblar la mano
Carlos Eduardo Vidigal
- 21** Otimismo real ou vitória de Pirro: a situação da ocupação iraquiana
Virgílio Caixeta Arraes
- 23** Lula na África II: o safári do Presidente e a imprensa brasileira
Wolfgang Döpcke

Yang Liwei e a Nave Divina da Cooperação Cultural na Ásia-Pacífico

Paulo Antônio Pereira Pinto*

Para os que acompanhamos, em 2003, os desenvolvimentos em ambos os lados do Estreito de Taiwan – que dá o nome a esta coluna – o fato mais sensacional do ano que se encerra pode ter sido a missão espacial chinesa tripulada pelo Coronel Yang Liwei, da Força Aérea Chinesa, em sua Shenzhou 5, cuja tradução é “nave divina”, em referência poética ao fato de que a China, para seus nacionais, é conhecida como “terra divina”.

Desenvolvimentos internacionais recentes influenciaram, também de forma significativa, a crescente importância que adquire a China no cenário internacional, a partir de sua longa marcha em direção à modernização iniciada em 1978. Tal viagem, nos últimos vinte cinco anos, inclui roteiro que aproxima culturas e proporciona nova agenda de preocupações regionais, determinada por tendências e atores que nos cumpre mapear e identificar, para a formulação de estratégias de aproximação desta parte do mundo. Nota-se, a propósito, que até os acontecimentos devastadores em 11.09.2001, a possibilidade de réplica, na Ásia-Pacífico, de formas de governança e de organização de mercado, vigentes na orla norte-americana daquele oceano, fazia parte essencial das convicções dos que acreditam que a globalização da economia, com seu “production sharing”, levaria à perpetuação do ordenamento internacional nos moldes desejados pelo Ocidente.

A partir do ataque contra o “World Trade Center”, contudo, ênfase tem sido concedida através do mundo à possibilidade de conflito entre civilizações, na medida em que se realizaram represálias norte-americanas contra terroristas e países que os abriguem ou, a juízo de Washington, sejam capazes de cometer tais atos. Fala-se em coalizões de diferentes formatos

e interesses, que prevaleceriam em etapas sucessivas.

Esquecidas ficaram, pelos menos temporariamente, as rivalidades entre os EUA e a RPC que, desde o início do atual governo norte-americano, transformaram uma parceria que tinha caráter estratégico, durante a Administração Clinton, em competição com Pequim. Desvinculados da confrontação principal, entre a América do Norte e o Oriente Médio e o Sul da Ásia, os países asiáticos da vertente do Pacífico ficaram, desde então, mais soltos para exercitarem a cooperação regional e concentrarem-se em sua própria agenda de preocupações.

Em outro desenvolvimento, seria impossível, neste final de ano, escrever algo sobre a Ásia-Pacífico, sem fazer referência à pneumonia que assolou esta parte do mundo, no primeiro semestre de 2003. A doença, com o nome técnico, em português, de Síndrome Respiratória Aguda Grave e mais conhecida pela sigla inglesa SARS, causou grandes prejuízos econômicos.

Tanto a luta contra o terrorismo, quanto a crise da doença asiática, no entanto, oferecem oportunidades para o fortalecimento do argumento que tem sido defendido nestas colunas, quanto ao fato de que estaria em curso a emergência, na Ásia-Pacífico, de um novo paradigma marcado pelo ressurgimento de hábitos e normas de comportamento antigos, que voltariam a ser fator de agregação a permitir que pessoas de origem comum recuperem a capacidade de perceber o meio em que vivem, como parte da proteção de suas aspirações e interesses individuais e coletivos.

Nesse quadro, passam a inserir-se articulações entre grupos de pessoas com passado histórico, obrigações morais e deveres comuns, que não podem permanecer indiferentes, nem às ameaças terroristas, nem aos efeitos da epidemia que assolou parte do

* Diplomata de carreira e já serviu por mais de dezesseis anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan.

continente chinês e da Ásia-Pacífico. Espera-se, por exemplo, que iniciativas conjuntas, entre chineses residentes no continente e em Taiwan, possam ser tomadas, no sentido de combate, controle e prevenção da doença, que muitos acreditam possa voltar a assolar esta parte do mundo, em 2004. Tal desenvolvimento atropelaria obstáculos de segurança, políticos e econômicos, ora existentes através do estreito que separa a China da ilha.

De repente, assim como a SARS não tem respeitado fronteiras fictícias, dentro de uma mesma nação chinesa, muros imaginários através do Estreito de Taiwan – como herança da Guerra Fria – poderão também ser derrubados, por ação da sociedade civil, diante da adversidade ora compartilhada. A crise atual poderia vir, então, a representar impulso imprevisto para facilitar tanto a aproximação de Taiwan à China, quanto das várias áreas afetadas pela moléstia no continente asiático.

Nessa perspectiva, ambos os processos – o do relaxamento das tensões entre Washington e Pequim e o da tomada de consciência de que o controle sanitário contra moléstias regionais, como a SARS – ocorreriam com o ressurgimento de hábitos e normas de comportamento antigos, que possibilitariam às antigas sociedades civis da área recuperarem a capacidade de perceber o meio em que vivem, como parte da proteção de suas aspirações e interesses individuais e coletivos.

Tratar-se-ia, também, de voltar a proporcionar a capacidade de negociação entre civilizações que conviveram, durante séculos, ao Sul da China, sem que o poderoso vizinho meridional procurasse o domínio econômico ou a conquista territorial (à exceção do Vietnã) com o emprego da força.

Dessa forma, na medida em que a atual instabilidade mundial venha a levar esta área a buscar uma moldura de equilíbrio regional próprio, novas formas de cooperação e integração, com forte embasamento em valores culturais herdados de um período de influência predominante chinesa, contribuirão para a manutenção do dinamismo na Ásia-Pacífico.

Isto é, tradicionalmente, a influência criada pela China, ao Sul de suas fronteiras, era expressa por sua

incontestável superioridade em termos de organização política e social de produção de normas éticas e procedimentos executados exemplarmente pelos próprios chineses, na convivência entre as nações. Como resultado, áreas que incluem hoje Hong Kong, Macau, Taiwan e o Sudeste Asiático, tinham a percepção constante de uma potência regional a ser levada em conta, mas não permanentemente temida.

Verifica-se, portanto, que mecanismos muito peculiares poderão servir de cimento para a estabilidade futura das sociedades da Ásia-Pacífico. Estes não se resumiriam à réplica de práticas de economia de mercado, nos moldes anglo-saxões, que permitiriam a expansão da “production sharing”, decorrente da livre circulação dos atores econômicos mundiais, para o estabelecimento de formas de governança adotadas pelo vencedor da Guerra Fria. Ademais, existe a possibilidade de que laços culturais possam vir, por um lado, a ser fator determinante na expansão de fronteira econômica na área em questão. Por outro, serviriam como fórmula de cooperação a ser aplicada com vistas a solucionar problemas de governabilidade, em diferentes regiões da Ásia-Pacífico.

Caso confirmada esta tendência, poderia estar em curso a criação, nesta parte do mundo, de um bloco político de interesses recíprocos e de mega proporções, tendo laços culturais como sustentação.

Tal desenvolvimento ocorreria em oposição ao exercício da força como garantia de esferas de hegemonia, conforme vem acontecendo, como consequência de atentados terroristas, nos últimos dois anos, em outras regiões.

O fortalecimento da interlocução com a Ásia-Pacífico continua a depender, nessa perspectiva, de um melhor conhecimento dos mecanismos de composição política que influenciam a convivência e negociação entre suas diferentes culturas.

Em 2004, quando serão celebrados os 30 anos de estabelecimento de nossas relações diplomáticas com a China, haverá amplas oportunidades, também, para o nosso recredenciamento, como parceiro estratégico daquele país, por meio da reapresentação de propostas de desenvolvimento originais e de uma identidade cultural própria.

A ampliação da União Européia: oportunidades de comércio e negócios para o Brasil

João Augusto Baptista*

A partir de 1º de maio de 2004, a União Européia (UE) passará a ser formada por vinte e cinco países, com a entrada de dez novos membros. Dos novos membros do bloco, oito são da Europa Oriental (Estônia, Letônia, Lituânia, República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia, Hungria e Polônia), e dois mediterrâneos, Chipre e Malta. A “Europa dos 15” será acrescida de um bloco heterogêneo de países que somará mais 75 milhões de novos consumidores ao maior mercado do mundo. Tais mudanças criarão novas oportunidades e desafios para o comércio e os negócios do Brasil com o Velho Mundo.

Como mostra a experiência histórica recente, um novo impulso de desenvolvimento e crescimento econômico deve tomar conta dos países mais pobres que aderirem à UE, como aconteceu com Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia. Entre esses países, a Irlanda é o melhor exemplo dos benefícios gerados com a entrada de novos países no bloco. O país cresceu sustentavelmente 10% durante a década de 90 e mais de 11% durante o ano 2000.

Vários fatores contribuem para que a área em ampliação da UE tenha uma grande capacidade de crescimento: 1) baixo nível de produtividade industrial; 2) alto índice de capacitação humana; 3) diminuição dos custos de transação; 4) maior estabilidade comercial, política e financeira; e 5) transferência de 44 bilhões de Euros nos próximos 3 anos para investimentos em infra-estrutura.

Essas condições são atrativos para investidores do mundo inteiro, principalmente, as grandes indústrias européias. A expectativa é que os novos

membros da UE, segundo o relatório do banco suíço UBS, cresçam na próxima década a taxas mínimas de 4,5%. Por consequência, o crescimento desses países deve impulsionar as taxas de crescimento de todo o bloco. Esse é um fator de extrema importância para o Brasil, pois impulsionará a demanda européia por importações e possivelmente a demanda por produtos brasileiros.

Além disso, esses países devem se abrir gradualmente ao exterior, visando equalizar suas tarifas com as da UE até a formação de uma efetiva união aduaneira. A comparação das tarifas médias de importação entre as duas regiões é um bom indicativo das novas oportunidades que devem surgir nos próximos anos. A UE tem uma tarifa média de 3,6% e a tarifa média da área de ampliação é de 9%¹. Alguns países têm tarifas ainda maiores, como a Eslováquia, com 14,5%, a Estônia, com 18%, e a Lituânia, 20%.² Essa transição gradual deve, à medida que as tarifas de importações forem diminuindo, estimular as importações desses países, abrindo mercado para produtos brasileiros na região.

O desgravamento tarifário beneficiará diretamente os países, pois os países membros da UE já têm acordos de livre comércio com os futuros integrantes desde 1992. Naquele ano, iniciou-se o estabelecimento de uma área de livre comércio entre a UE e Associação de Livre Comércio da Europa Central, que compreende os 10 países da área de ampliação, além de Romênia e Bulgária, que devem aderir ao bloco europeu em 2007. A área de livre comércio instituída por esses acordos já vigora desde

* Economista e Analista de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC.

¹ Ver discurso do Comissário de Comércio Europeu Pascal Lamy em:

http://europa.eu.int/comm/commissioners/lamy/speeches_articles/sp_flb03.htm

² O site <http://www.icep.pt/mercados/fichas> dispõe de informações sobre as tarifas médias de importação de todos os países que ingressarão na Europa dos 25.

de janeiro de 2001, ou seja, as alíquotas de impostos aduaneiros entre as duas áreas já foram eliminadas. Apenas Estônia e Letônia terão um acréscimo na tarifa média de importação em 2004 mas, nos próximos anos, seguem com o calendário de redução de tarifas.

Dois exemplos podem ilustrar mais detalhadamente o argumento desenvolvido acima: o caso polonês e o húngaro. O maior parceiro comercial brasileiro na região de ampliação, a Polônia, tem uma tarifa média de 15,1%. Esta deverá se reduzir até se equalizar com as tarifas da UE, de 3,6%, ou seja, um corte de mais de 11 pontos percentuais. Os cortes tarifários já se iniciam em 2004 e segundo um estudo da Comissão de Comércio da UE, as tarifas polonesas em 2004 deverão ser reduzidas em 60%, atingindo em média 6,3%³. O caso da Hungria, terceiro maior parceiro do Brasil da área de ampliação, também é interessante e mostra as oportunidades comerciais que devem surgir nos próximos anos. Atualmente, a Hungria tem uma tarifa de importação média de 11,7% que já em 2004 será reduzida pela metade, impulsionando a demanda do país por produtos estrangeiros.

Oportunidades setoriais também deverão surgir com a entrada desses novos países na UE. O setor automotivo deverá ser um dos grandes beneficiados por essas reduções tarifárias. A República Tcheca, que tem a tarifa média mais baixa entre os países da área de ampliação, 4,2%, já em 2004 reduzirá as tarifas de importação de carros e caminhões de 7,1% para 4,6%, abrindo novas possibilidades de exportação para

a indústria automotiva brasileira.

Contudo, nem todos os bens e serviços estarão entre os contemplados pela redução tarifária; grande parte do setor agrícola estará fora da redução das tarifas de importação. Além disso, os agricultores dos 10 países passarão a receber os subsídios do bloco do europeu. Outros setores, como têxteis e siderúrgicos, ainda continuarão sofrendo restrições quantitativas.

A área de ampliação da União Européia, em 2002, importou do mundo US\$ 180 bilhões, dos quais apenas 0,16% do Brasil. Ou seja, o país exportou para a região apenas US\$ 291 milhões. O Brasil tem potencial e competitividade para ampliar e consolidar mercados por meio de exportações em alguns setores, como: carnes, calçados, autopeças, tratores e máquinas agrícolas, aviões, produtos da linha branca, produtos de madeira e móveis, serviços de engenharia, rochas ornamentais, mármore e granitos, produtos de confeitaria, motores e compressores.

O Brasil, que ainda tem um perfil exportador muito inferior ao potencial de sua economia, pode continuar ampliando sua participação no comércio mundial por meio da introdução de novos produtos e do aumento das exportações de setores nos quais somos competitivos. Nesse contexto, o desafio para as empresas brasileiras é projetar-se além das fronteiras do mercado doméstico, aproveitando as oportunidades que os projetos de integração regional apresentam, como nos demonstra o caso da ampliação da União Européia.

³ Op. Cit

Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

O primeiro ano da política externa do governo Lula: renovação na continuidade?

Antônio Carlos Lessa*

O final do primeiro ano de mandato de um novo governo sugere sempre a realização dos balanços dos resultados concretos e das perspectivas frustradas na formulação e na implementação de todas as políticas públicas. A política externa não foge à regra, mesmo que inspire balanços mais cautelosos, justamente pelo fato de ser tipicamente política de Estado, cercada de cuidados ligados à existência de um articulado conjunto de princípios tradicionais que informam a ação internacional e à necessidade de preservar a imagem de estabilidade que deve caracterizar a gestão do acervo de contatos internacionais do país.

O primeiro e talvez o principal traço inovador da política externa do novo governo foi anunciado ainda no discurso de posse, quando Lula prometia uma política externa que se orientasse pela promoção do desenvolvimento econômico, mas que, diferentemente do que aconteceu sob a égide do nacional-desenvolvimentismo que se caracterizou a prática internacional do Brasil nos sessenta anos anteriores à década de noventa, deveria comportar também, e especialmente, a preocupação com a promoção do desenvolvimento social.

O mais importante movimento que se inscreve na ordem dos atos do primeiro ano do governo Lula, sem dúvida é o caráter estratégico concedido à América do Sul como espaço preferencial da ação internacional do Brasil, que parte de inovação conceitual concebida sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, mas que naquele momento permaneceu sem maiores consequências práticas. A afirmação de prioridade do espaço sul-americano hierarquiza o projeto brasileiro para o hemisfério, de onde decorre a prioridade concedida à refundação do

Mercosul, que se subordina, por seu turno, à retomada da parceria com a Argentina de Kischner. Do mesmo modo, a conclusão dos acordos entre o Mercosul e três países da Comunidade Andina – Colômbia, Venezuela e Equador – e do acordo de livre comércio do Mercosul com o Peru, ambos recém-concluídos, são movimentos que indicam para a consolidação dos espaços sub-regionais existentes na América do Sul – América Latina e a sua posterior convergência em um único esquema de integração, parecem ser uma das condições de sucesso da estratégia de fortalecimento do poder de negociação dos seus Estados membro na realização da ALCA.

Nessa ordem, vislumbrou-se nesse primeiro ano a estratégia de inscrever a liderança brasileira e a revitalização da integração regional em estratégia mais ampla, que permita o tratamento de outros processos que se mostraram muito importantes, como as negociações para a criação da ALCA. Nessa seara, por sinal, o início do mandato parecia corroborar a tática de bloqueio esboçada pelo governo anterior, que mostrara resultados pífios e duvidosos e comprometia o clima de distensão que se observa nas relações com os Estados Unidos desde o início do mandato de Lula, preferindo estabelecer um tratamento ideologizado tão desusado quanto inútil. A transformação da estratégia negociadora para a ALCA já ao final de 2003, não indica que o novo governo tenha cedido às pressões de Washington, mas certamente cedeu às pressões internas para negociar a busca de condições vantajosas para a inserção do Brasil na integração hemisférica.

É também na direção dos processos de negociação comercial que se inscreve iniciativa

* Professor adjunto do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e coordenador da Rede Brasileira de Relações Internacionais – RelNet (<http://www.relnet.com.br>).

interessante, ainda de ganhos imprevisíveis, esboçada na reunião ministerial da OMC em Cancún. Com efeito, mais do que resultados práticos, a criação do G20 deve ser vista sob a ótica da retomada da capacidade de articulação política do Brasil, mesmo que esboçada em foro tão inusitado. Nessa direção, a liderança do G20 permite entrever o relançamento do perfil reivindicatório da política externa brasileira, em baixa desde o final dos anos oitenta, mas que pôde ser vislumbrado também na criação do G3, grupo de coordenação política criado pelo Brasil, África do Sul e Índia, que pode se transformar em um agrupamento maior, com a eventual atração de outros países de igual porte, como o Egito, por exemplo. São todos movimentos que refletem a vontade de esboçar um novo modelo de cooperação Sul-Sul, que não deve entretanto, erigir-se como alternativo às relações com o Norte – sabidamente a dimensão em que países como o Brasil mais realizam interesses.

A retomada das relações com a África, festejada sob o viés culturalista, pode ter resultados mais importantes do que se esperava. O Brasil que se reaproxima do continente africano tem interesses econômicos claros, e se anima pela perspectiva de reabertura de espaço comercial que foi interessante no passado. Talvez tenha sido esse também o sentido da visita de Lula a cinco países do mundo árabe, que tanta celeuma provocou na imprensa e nos meios iniciados – por que privilegiar as relações com as pequenas economias árabes se há tanto a realizar nas relações com a Europa e com os Estados Unidos? A isso, a resposta mais adequada teria sido “e por que negar-se ao dever de abrir novos espaços”? São movimentos, portanto, que não se excluem e que reforçam a vocação universalista da ação internacional do Brasil, que é antigo e que também sofreu desprestígio na última década. Por isso, Lula dedicou-se com afinco à diplomacia presidencial, entregando-

se a intensa agenda de viagens, que cobriu quatro dos cinco continentes, esforçando-se para equilibrar nas suas *tournées* internacionais tanto as relações com o Norte quanto com o Sul.

Um último movimento que foi importante no primeiro ano de Lula no poder foi a candidatura apresentada a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, que retoma também projeto antigo, verbalizado pela primeira vez na primeira metade dos anos noventa, mas que tem um potencial de desagregação muito maior do que se pode imaginar. Pelo momento, ainda que a diplomacia brasileira encontre motivos mais do que suficientes para justificar o movimento (déficit democrático dos organismos onusianos, relevância do Brasil na cena internacional contemporânea, o país como líder regional, necessidade de reformar a instituição à luz dos constrangimentos internacionais da ordem pós-guerra fria etc), a candidatura se move ainda pela inefável justificativa da exclusão. Ou seja, ainda que um assento permanente no Conselho de Segurança seja potencialmente útil nas estratégias de inserção internacional do país no futuro, com o que grande parte dos analistas está de acordo, o fato é que a pretensão brasileira até o momento, não contou com amplo debate público, que deveria preceder a vocalização de projeto de tal envergadura.

O primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva inspira portanto, um balanço bastante positivo, logrando um feliz equilíbrio entre a manutenção de algumas iniciativas que foram esboçadas no governo anterior e a inovação pela sugestão de uma ação internacional assertiva e criativa e pela criação de novos espaços para a expansão econômica e para a sofisticação da capacidade de articulação concreta. Em outras palavras, seguiu o espírito da ação internacional do Brasil desde muito, que é o de renovar-se na continuidade.



Os EUA e o Irã: A Última Fronteira?

Cristina Soreanu Pecequilo*

Apesar de sua visibilidade, o envolvimento americano no Oriente Médio não se limita às operações militares no Iraque, no Afeganistão ou na mediação do conflito árabe-israelense, englobando objetivos estratégicos avançados e outros relacionamentos sensíveis. Dentre estes, no campo dos propósitos declarados, inclui-se a reestruturação política da região, definida como a disseminação de regimes democráticos e não-autoritários pelos Estados locais e a sua inserção pacífica e produtiva como membros confiáveis da comunidade internacional. Para isto, os EUA agiriam de forma dupla: incentivando política e financeiramente transições pacíficas em Estados que desejam avançar reformas ou através de intervenções militares quando necessário mediante ameaças a sua segurança e à da região. No primeiro caso, enquadram-se as ações no Kuwait pós-1991 e, no segundo, as recentes operações Liberdade Duradoura no Afeganistão e Liberdade do Iraque¹.

No campo dos objetivos não-declarados, o incremento da presença americana revela uma tática de reposicionamento na Eurásia, já abordada em outros artigos desta coluna². Com isto, os EUA buscam o controle desta região e seus recursos naturais por meio da extensão de seu modelo político, ocupando áreas instáveis e antes pertencentes ao antigo império soviético, consolidando sua influência estratégica e econômica. Com isto, conteriam a ascensão de rivais como a China e a Rússia de Putin em processo de reafirmação política, diplomática e

econômica e garantiriam o controle de recursos energéticos essenciais para a sustentação da economia americana a custos baixos, diminuindo sua vulnerabilidade.

No atual contexto, apesar das incertezas e resistências existentes que não permitem afirmar o sucesso ou durabilidade destas iniciativas, tais objetivos, aparentemente, estão sendo cumpridos: os EUA mantém tropas e enviados políticos no Iraque e no Afeganistão, onde já instalaram um governo pró-ocidente, fecharam acordos de cooperação com diversas ex-Repúblicas soviéticas e tentam implementar o Mapa da Estrada no conflito Israel/Palestina. Restaria apenas um Estado ainda plenamente independente na região em processo de transição interna que é essencial ao equilíbrio do Oriente Médio, com quem os americanos mantém um intercâmbio conturbado: o Irã³. O Irã, assim como o Iraque e a Coreia do Norte, é membro original do Eixo do Mal, que definiu os principais inimigos dos EUA. Dado o seu caráter, o Irã continua a representar um risco aos interesses americanos. Apesar disso, como a Coreia do Norte, o país parece não ser alvo declarado de uma invasão preventiva, dadas as pressões da campanha no Iraque e ao seu *status* regional.

Todavia, a incerteza quanto às ações de Bush permanece devido a boatos nascidos da própria diplomacia americana que no imediato pós-Iraque consideravam Irã e Coreia do Norte os próximos alvos preferenciais, resultando também de tensões

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Professora de Relações Internacionais (UNIBERO) e Pesquisadora Associada NERINT/UFRGS.

¹ Ainda que sejam discutíveis o *status* da democracia kuwaitiana, as ameaças representadas por Hussein ou a relação de amizade entre os EUA e países como a Arábia Saudita. Este artigo foi finalizado em 31/10/2003.

² Dentre estes, “Equações regionais: de Saddam à ALCA”.

³ Sobre o processo de isolamento do Irã e sua autonomia dentro do novo mapa pretendido pelos EUA no Oriente Médio ver VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O Oriente Médio e o Afeganistão: um século de conflitos**. Ed. Leitura XXI, Porto Alegre 2002. e GORCE, Paul-Marie de la. “Iran: encircled and under pressure”. *Le Monde Diplomatique*, July 2003.

periódicas no campo nuclear. Nota-se uma oscilação nas políticas republicanas com relação ao Irã, entre a extrema agressividade e o apaziguamento, devendo-se examinar a complexidade deste relacionamento.

O envolvimento americano no Irã data da década de 1950 quando a CIA ajudou a realização de um golpe de Estado contra Mossadegh que promovia uma campanha de nacionalização do petróleo. O governo foi assumido pelo Xá Reza Pahlevi que se converteu em um importante aliado para o fornecimento deste recurso e politicamente para a manutenção da influência dos EUA na região durante a Guerra Fria. A atuação corrupta do Xá e a remobilização da oposição levaram em 1979 à eclosão da Revolução liderada pelo Aiatolá Khomeini que fundou no país uma República Islâmica. O surgimento desta República foi um dos marcos no fortalecimento e disseminação do fundamentalismo islâmico (e na reação de outros fundamentalismos religiosos como o judaico e o cristão). Ainda que as piores previsões ocidentais não tenham se concretizado com a plena adesão de todo o Oriente Médio a este viés, por causa das pressões externas e da guerra Irã-Iraque (1980 a 1988), a força política deste movimento pode ser notada⁴.

Para os EUA, chamado por Khomeini de “O Grande Satã”, a Revolução, que detonou a 2ª Crise do Petróleo, foi um dos grandes revezes estratégicos do período. Além de perder um importante aliado, os EUA sofreram a humilhação da invasão de sua embaixada em Teerã com a prisão de reféns. O episódio foi um dos principais responsáveis pela não-reeleição do Presidente Jimmy Carter e a vitória de Ronald Reagan⁵. Desde este momento houve um rompimento de relações entre os dois países, com os EUA promovendo um processo de isolamento do Irã na comunidade internacional com pressões e sanções (muitas vezes unilaterais e não obedecidas por outras

nações como as européias), somando-se a ajuda a elementos contrários à Teerã como Saddam Hussein. Entretanto, questões como o Irã-Contras revelaram a existência de contatos mal-explicados na Era Reagan. Em linhas gerais, o escândalo Irã-Contras referiu-se à venda ilegal e secreta de armas para o Irã para financiar o apoio à guerrilha anti-sandinista na Nicarágua. Apenas alguns nomes foram descobertos e condenados, mas Reagan e Bush pai saíram ilesos.

Com a chegada dos anos 1990, antecedido pelo fim da Guerra Irã-Iraque e pelo crescimento da agressividade do Iraque, a política com relação ao Irã manteve-se a mesma, isolamento e pressões, visando seu enfraquecimento. A presidência Clinton, sucessora dos republicanos Reagan e Bush, imprimiu uma política que foi denominada de dupla contenção (*dual containment*). Enquanto no restante do mundo promovia-se a democracia e os livres mercados, nesta parte do Oriente Médio sustentava-se uma postura de vigilância constante para minar estes Estados e evitar posturas agressivas. Ambos foram enquadrados na categoria de *rogue states*, os Estados bandidos.

Esta postura começou a dar sinais de mudanças com a morte de Khomeini, mas, principalmente, pelo surgimento de uma nova liderança política no Irã de cunho reformista, representada por Mohammad Khatami. A ascensão de Khatami ao poder em 1997 com mais de 70% dos votos populares, sinalizou a existência de um movimento reformista no Irã, que se choca com o controle dos religiosos de importantes canais estatais como informação e segurança. Considerado inicialmente o “Gorbachev do Oriente Médio”, Khatami significou a consolidação da Revolução, resultando em um Estado mais moderno e democrático. Embora isso possa parecer contraditório dado o caráter restritivo das leis islâmicas no Irã, o país pode em duas décadas avançar em inúmeros

⁴ Para uma avaliação da relação fundamentalismo e política ver “Fundamentalismo e o mundo contemporâneo: desafios políticos e éticos” in HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Ed. da Universidade/UFRGS e FAPA, Porto Alegre, 1999

⁵ Os EUA tentaram libertar os reféns em uma operação militar secreta que fracassou. Algumas teorias “conspiratórias” sugerem que os conservadores teriam contribuído para o fracasso, vazando informações, e atrasado a libertação dos reféns para prejudicar Carter e capitalizar o sucesso para Reagan.

setores o que tem levado a pressões por ajustes nas estruturas de poder. Como provas deste salto qualitativo temos o aumento de cidadãos alfabetizados e com nível superior, incluindo mulheres e os jovens, que buscam uma reinserção social. Além disso, o regime passou a ser pressionado por necessidades econômicas advindas do aumento da massa populacional, somadas às dificuldades remanescentes do longo conflito com o Iraque.⁶

Em 1998, o próprio Khatami em entrevista para a CNN indicou sua disposição em incentivar um “Diálogo Entre Civilizações”, em resposta ao Choque previsto por Samuel Huntington. Os laços com a Europa foram ampliados, existindo da parte do governo americano o início de conversações entre Albright e representantes do Irã para o descongelamento das relações, liberando-se o comércio de alguns produtos. Apesar dos riscos mútuos de um descongelamento devido à oposição dos conservadores dos dois países, a reaproximação era vista como funcional e importante pelas diplomacias, inaugurando um ciclo de contatos abertos e secretos.

Frente a isto, os democratas passaram da política de dupla contenção para a política de contenção diferenciada (*differentiated containment*) para Irã e Iraque. Com o Irã, estas ações alternavam pressões a conversações e, para o Iraque, sustentavam-se na estratégia anti-Hussein. Pontos sensíveis da agenda bilateral como o apoio político e econômico do Irã a terroristas fundamentalistas, fornecendo-lhes por vezes santuários, e o programa nuclear de Teerã não foram colocados na linha de frente das discussões, começando-se pelos temas menos sensíveis. As vitórias maciças de Khatami e seus aliados políticos nas eleições legislativas e presidenciais seguintes em

1999 e 2000 ajudaram o processo e, mesmo com a ausência de rápidos avanços, Clinton manteve esta tática até sair do poder⁷.

Com a Casa Branca nas mãos de George W. Bush, este avanços foram perdidos e Washington retomou uma postura de confrontação, acentuada por 11/09. Algumas interpretações indicaram que Khatami não estaria realmente querendo promover este “diálogo”, mas apenas ganhar tempo, funcionando como fachada dos radicais liderados por Khamenei. Como indicadores eram citados a ausência de reformas e a censura e repressão aos movimentos estudantis, jornalistas e intelectuais modernizadores (estes sim representantes da “verdadeira” democracia e que deviam ser apoiados em suas manifestações anti-regime)⁸. Incluído no Eixo do Mal, o Irã passou a ser alvo das ameaças de intervenção, definido como um Estado terrorista. Além disso, os acordos entre Irã e Rússia no campo nuclear e a continuidade do desenvolvimento desta tecnologia (cujas pesquisas foram iniciadas na época do Xá), ocasionaram a elevação de disputas.

Por sua vez, diante dos avanços dos EUA, o Irã reagiu buscando a preservação de sua autonomia e soberania. Com isso, assumiu posturas defensivas contrárias às intervenções preventivas, demonstrando similar agressividade à expressa pelos EUA para a proteção de seus interesses nacionais. Como a Coreia do Norte, o Irã retomou os investimentos em seu programa nuclear, visto como elemento essencial de dissuasão perante os americanos e seus vizinhos regionais como Israel⁹. O governo iraniano, inclusive, chegou a anunciar que revisaria sua postura com relação às inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), consideradas invasivas.

⁶ KIAN-THIÉBAUT, Azadeh. “Time for reform of the Islamic Revolution”. *Le Monde Diplomatique*, January 1998. GRESH, Alan. “The Iran factor”. *Le Monde Diplomatique*, June 1998. ROULEAU, Eric. “Islam confronts Islam in Iran”. *Le Monde Diplomatique*, June 1999. RAMONET, Ignacio. “Reform in Iran”. *Le Monde Diplomatique*, March 2000.

⁷ Sobre a política de Clinton Irã e Iraque ver LITWAK, Robert S. “Iraq and Iran: from dual to differentiated containment” in LIEBER, Robert J (ed). **Eagle Rules**. New Jersey, Prentice Hall, 2002 p. 137-193

⁸ GERECHE, Marc Reuvel. “Iran: fundamentalism and reform” in KAGAN and KRISTOL (eds). **Present Dangers**. San Francisco, 2000, Encounter Books p. 111-144

⁹ GORCE, Paul-Marie de la. “Iran: the nuclear quest”. *Le Monde Diplomatique*. October 2003.

Tal situação gerou mais tensão no já instável cenário internacional e no Oriente Médio, atraindo reações negativas dos EUA, da AIEA, da ONU e da UE. Porém, parece que os piores impasses foram superados e como último desenvolvimento destas negociações conduzidas pela AIEA (e pelos ministros das Relações Exteriores de França e Grã-Bretanha, Villepin e Straw), o Irã declarou que permitirá inspeções mais severas desta agência, comprometendo-se a suspender a produção de urânio para a produção de armas nucleares. Apesar disto, o país declarou que não abandonará suas pesquisas e atividades nucleares para fins pacíficos (a aplicação civil da tecnologia sensível).

Em meio a isto, finalmente, na segunda quinzena de Outubro, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por unanimidade uma nova resolução para a reconstrução do Iraque. Tal resolução estava sendo negociada deste Setembro entre os EUA e os membros do CS tendo como principais pontos o envio e formação de uma força multinacional, o estabelecimento de um cronograma para a transferência de governo e restauração da soberania, além do aumento de contribuições financeiras internacionais¹⁰. Em relação a estes pontos, mantinham-se as posições prévias e a resolução somente foi aprovada com algumas concessões americanas para um novo programa de ação .

Neste programa, foi colocado o prazo de 15/12/2003 para a definição de um cronograma pelo Conselho de Governo Iraquiano para a elaboração de uma constituição e a convocação de eleições. A resolução incentiva outros países a enviar ajuda militar e financeira para o Iraque, contando com a aprovação da ONU, garantindo o comando dos EUA. Este ponto foi aprovado com restrições por França, Rússia e Alemanha. Este grupo e alguns outros Estados menores como Síria, deixaram claro que a aprovação da resolução não significa uma concordância com as

ações americanas, mas sim uma tentativa emergencial de reequilibrar a situação caótica no Iraque. Tratavam-se de medidas limitadas, não se prevendo o envolvimento destes Estados nas operações militares ou o aumento de suas contribuições financeiras.

Esta posição se revelou em uma conferência em Madrid na qual os EUA visavam discutir o Iraque e arrecadar contribuições financeiras para seu “Plano Marshall no Oriente Médio”. Alguns Estados ajudaram, contudo à exceção do Japão e da Grã-Bretanha que mantiveram sua proximidade com os EUA, do compromisso prévio da Turquia de enviar tropas, contribuições novas foram insignificantes. No Iraque, não houve avanços: a onda de violência continua. Se em Agosto a ONU havia sido alvo de um atentado, em Outubro foi a vez da Cruz Vermelha. Esta vulnerabilidade tem levado a avaliações a respeito da viabilidade destas instituições permanecerem em solo iraquiano, assim como a pedidos de Powell para que elas lá se mantenham.

Bush, em oposição, afirma que os atentados não são prova da insegurança no Iraque, mas do claro sucesso da guerra, posição partilhada por Rumsfeld. Diante disso, seria preciso continuar o engajamento, contando com um aumento orçamentário para o Pentágono para minimizar dificuldades ainda que “pequenas”. Todavia, em um vazamento para a imprensa de um relatório preparado por especialistas no Departamento de Estado, muitos destes problemas eram previstos, sugerindo-se cursos alternativos à guerra. O relatório foi arquivado pelo Departamento de Defesa, mas com sua divulgação pode-se perceber que, pelo menos em parte do governo, havia consciência das limitações de uma transição pós-Hussein rápida, pacífica, barata e mediada¹¹.

A situação no Iraque relativiza o risco de que o Irã possa ser alvo de uma intervenção militar similar no curto prazo. A ausência de um enfrentamento direto, contudo, não descarta formas de pressão

¹⁰ Para uma avaliação destas negociações e do conteúdo inicial das propostas ver o artigo anterior desta coluna 11/09: Dois Anos.

¹¹ *The Washington Post*.

adicionais à política interna do Irã, elevando seu nível de instabilidade. Outro fator que pode adiar estas e outras intervenções é ainda a tendência de queda na popularidade de Bush. Tal queda, produzida simultaneamente por estas dimensões externas e a incerteza econômica limita a margem de manobra dos republicanos. Uma recente expansão de quase

7% do PIB trouxe a expectativa de reversão destas tendências. Se isto representar um aumento no nível de confiança e a diminuição do desemprego, os republicanos poderão reassumir uma postura ofensiva. E, mesmo que inadequadas e arriscadas, novas ações externas poderão ser liberadas, revitalizando o projeto dos falcões.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

O Fim de uma Era? O Iraque Pós-Hussein

Cristina Soreanu Pecequilo*

Durante o ano de 2003, e grande parte de 2002, os temas relacionados ao Iraque estiveram sempre presentes na agenda. Começando pelas discussões relativas à ameaça representada por Saddam Hussein ao Oriente Médio e ao mundo pela suposta existência de ADMs no Iraque, passando pelas divergências na ONU e na OTAN sobre a condução da guerra para a apreensão destas armas, até a efetiva operação militar anglo-americana e a suposta “paz” depois da deposição e fuga de Hussein de Bagdá, um cenário de violência e incerteza passou a ser regra. A despeito do anúncio de Bush do encerramento da guerra, este cenário continuou, não existindo soluções políticas satisfatórias para coibir atentados diários a membros da coalizão, às Nações Unidas (que, inclusive, vitimaram nomes como os de Sérgio Vieira de Mello) e a Organizações Não Governamentais como a Cruz Vermelha¹.

O pós-guerra trouxe um acúmulo de baixas muito maior do que a operação militar e a incapacidade americana e de seus aliados de legitimar sua presença e de sinalizar a restauração da soberania, levaram a inúmeras dúvidas a respeito da efetividade da guerra e de organismos como o conselho de governo iraquiano, amparado pela coalizão. Protestos locais, principalmente da maioria xiita são cada vez mais constantes, assim como desacordos entre diversas facções iraquianas. Para completar, nem Saddam Hussein e nem ADMs estavam sendo encontradas e, mesmo com novas resoluções da ONU que abriram a possibilidade do envio de forças multinacionais, nenhum país fora da coalizão contribuiu militar e

financeiramente. Dentre os aliados, muitos governos como os de Itália, Espanha e Japão², enfrentam pressões internas crescentes contra a ajuda aos americanos.

Tanto Blair quanto Bush, os dois principais defensores da guerra, não estiveram imunes a estas pressões e queda de popularidade, existindo vários questionamentos sobre suas ações. Dentre estes, os mais contundentes referiram-se às justificativas para a guerra, existindo denúncias de que informações dos serviços de inteligência haviam sido forjadas ou mal-interpretadas. Aqui, incluem-se a ausência de provas concretas de que o arsenal de ADMs de Saddam Hussein exista, até episódios como suicídio do cientista britânico David Kelly, a revelação da identidade de uma agente secreta americana por um vazamento e o reconhecimento da Casa Branca e da CIA de que alguns dados sobre a compra de urânio do Iraque divulgados em Janeiro em um discurso de Bush não eram verdadeiros.

A situação do Iraque estaria se assemelhando a de um novo Vietnã e os EUA começaram a acelerar as negociações para acelerar a transição, sugerindo que a autonomia e, conseqüentemente, a soberania do Iraque poderiam ser restauradas até o final de 2004. Assim, Bush procurava, mesmo que sem muito sucesso sinalizar a aliados e críticos sua intenção de uma saída rápida, aumentando o nível de cooperação e de responsabilidade do governo iraquiano. Contudo, estas propostas não traziam alterações significativas na postura americana, como já analisado nesta coluna. Recentemente, outro episódio similar de contraposição

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Professora de Relações Internacionais (UNIBERO) e Pesquisadora Associada NERINT/UFRGS.

¹ Para uma retrospectiva desta operação sugerimos a leitura dos artigos anteriores desta coluna, assim como dos textos de Virgílio Caixeta Arraes encontrados neste *site*. Este artigo foi finalizado em 14/12/2003.

² Entre Novembro e Dezembro, o número de baixas entre os aliados americanos subiu significativamente, pois os ataques da guerrilha iraquiana passaram a priorizá-los como alvos. Até então, os atentados eram mais concentrados contra as forças anglo-americanas.

entre o uni e o multilateralismo ocorreu: segundo documentos oficiais, somente os EUA, Iraque e os demais países da coalizão (61 no total) poderão participar de concorrências e licitações para a reconstrução, excluindo-se nações como Rússia, Alemanha e França que se opuseram à guerra (outras como Canadá e Brasil sofreram restrições). De acordo com Paul Wolfowitz, responsável pela divulgação do documento, a concessão destes privilégios é um reconhecimento direto à fidelidade destes aliados. Entretanto, alguns dias depois desta declaração, Bush reafirmou a importância de que todos colaborem financeira e militarmente no Iraque, mesmo os excluídos³.

Estes problemas externos foram acompanhados no primeiro semestre por um aumento significativo nas taxas de desemprego e pela continuidade da desaceleração econômica. Tal situação diminuiu para 50% de aprovação os índices de popularidade de Bush e número semelhante de americanos passou a declarar que estaria disposto a votar em um outro candidato que não Bush nas eleições presidenciais de 2004. Outros fatores negativos foram a divulgação de previsões sobre o déficit federal em torno de US\$ 460 a 480 bilhões (com projeções de US\$ 500 para 2004) e as difíceis negociações para os projetos de assistência médica e previdência social. Além disso, surgiram denúncias de que o governo americano estaria pagando à empresa Halliburton, de ligações estreitas com o vice-presidente Dick Cheney e outros membros do gabinete, o dobro do preço pela importação de gasolina do Kuwait. Em resposta, Bush afirmou que se as denúncias de superfaturamento forem comprovadas os valores serão devolvidos.⁴

Porém, a despeito deste escândalo, parece que o mês de Dezembro está afastando os piores medos

de Bush. Domesticamente, a economia passou a dar sinais de recuperação a partir de Outubro, consolidados com o tradicional feriado de Ação de Graças no final de Novembro⁵: o desemprego diminuiu e foi anunciada uma expansão do PIB americano acima das previsões iniciais, chegando a 7%. Haveria, uma gradual recuperação, significando o afastamento da recessão. Para completar, finalmente, no dia 14 de Dezembro de 2003, os EUA, por meio de seus comandantes militares, do conselho de governo iraquiano e do administrador da transição iraquiana, Paul Bremer, anunciaram ao mundo que haviam capturado Saddam Hussein (segundo as palavras de Bremer, "Nós o pegamos").

Preso em uma localidade próxima a sua cidade natal Tikrit, Saddam foi encontrado no dia anterior, passando por diversos exames médicos que comprovaram sua identidade para sua divulgação oficial. De imediato, imagens de Hussein passaram a ser veiculadas internacionalmente pela mídia, demonstrando a eficiência das operações americanas. Tais imagens tem sido repudiadas, uma vez que são vistas como desnecessárias e humilhantes e em violação às convenções internacionais relativas a prisioneiros de guerra. Ainda que possam ser bastante úteis no sentido de reforçar o poder de Bush, em especial diante um público doméstico, estas visões mais uma vez colocam em xeque a atitude dos falcões e seus limites, gerando desconforto e protestos.

Os EUA repetem com Saddam o que realizaram com membros da Al-Qaeda que foram presos no Afeganistão e transferidos para Guantanamo em 2001, permanecendo lá até os dias de hoje. Também parecem repetir-se denúncias de violação interna dos direitos civis e de invasão de privacidade, em nome da guerra contra o terrorismo. Esta guerra é usada

³ JEHL, Douglas. "Pentagon bars three nations from Iraq bids", NYT, December 10, 2003 e SANGER, David E. e JEHL, Douglas. "Bush seeks help of allies barred from Iraq deals". NYT, December 11, 2003. www.nytimes.com

⁴ A Halliburton justifica a disparidade de preços devido aos riscos operacionais gerados pela guerra ver NATTA JR. Don Van. "High payments to Halliburton for fuel in Iraq." *The New York Times*, December 10.2003. www.nytimes.com

⁵ O período entre o Dia de Ação de Graças (realizado este ano em 27 de Novembro) e o Natal é considerado como o de maior consumo e aumento de confiança nos EUA e suas tendências são tomadas como referência para as projeções econômicas do ano seguinte.

como justificativa a todas estas acusações, uma vez que o governo americano alega que tais prisioneiros (principalmente os de Guantanamo) não seriam, de fato, prisioneiros de guerra por não serem soldados de um Estado. Desta forma, eles são classificados como inimigos americanos, criminosos comuns, sujeitos às leis do país e não às convenções internacionais. Por enquanto, enquanto escrevemos este artigo, o destino de Saddam Hussein parece incerto. Três opções tem sido apresentadas para seu julgamento: o âmbito das Nações Unidas e de seu Tribunal Penal em Haia (não reconhecido de forma permanente pelos EUA), a extradição para os EUA, repetindo Guantanamo e, por fim, uma ação pública e especial em solo iraquiano conforme as leis locais e as demandas do atual conselho de governo (ou seja, uma mescla de posturas iraquianas e das forças de coalizão).

Mais do que respostas, a clara e concreta queda de Hussein tem aumentado as dúvidas sobre a evolução da conjuntura iraquiana, americana e mundial. Se por um lado a ausência da liderança pode enfraquecer a reação, por outro, as escolhas dos EUA no tratamento de Hussein e suas ações na reconstrução podem criar o efeito oposto. Da mesma forma, são questionáveis os efeitos desta prisão sobre processos fundamentais como as negociações de paz no Oriente Médio entre israelenses e palestinos, não se devendo exacerbar sua importância. Afinal, política e estrategicamente, são duvidosos os impactos diretos positivos que a prisão de Hussein podem ter, a não ser que elevem a legitimidade da presença americana ou indiquem uma disposição dos EUA em transferir poder e soberania. Ora, uma vez que Hussein foi capturado e as ADMs não foram encontradas, não seria o momento de acelerar a transição? Os atentados que marcam o contexto iraquiano, deve-se destacar, não eram somente patrocinados por partidários de Hussein, mas também por facções anti-americanas.

Esta parece ser, em geral, a posição daqueles que originalmente se opuseram à guerra e dos países na área: parabenizar os EUA pela captura, mas indicar que, agora, está se iniciando a fase da retirada.

Contudo, os discursos de Bush e Blair sugerem uma contínua predisposição à manutenção de suas posturas: ainda que se refiram à prisão de Hussein como uma vitória triunfal da liberdade e da democracia contra as sombras e as trevas, ambos ressaltam que isto não representa o fim da violência no Iraque ou da guerra contra o terror. Assim, a mobilização anti-terror precisa e deve ser mantida, pois a segurança da América e do mundo, nas palavras de Bush, permanecem ameaçadas. Estas declarações não deixam de ser preocupantes em uma perspectiva mais abrangente para o sistema internacional e em situações sensíveis como as de Irã, Afeganistão e Coreia do Norte. Se a prisão de Hussein, mesmo na ausência da apreensão de ADMs ou de estabilidade no curto prazo do Iraque, for cada vez mais apresentada como uma vitória incondicional dos republicanos, poderemos, novamente, viver sob ameaças cada vez mais frequentes de intervenções preventivas. A Doutrina Bush, as táticas militares de Rumsfeld, o aumento de gastos em Defesa ganhariam fôlego a despeito da falta de credibilidade e efetividade da operação e dos obstáculos antes enfrentados e que ainda estarão por vir.

Enquanto isso, movimentos subjacentes de reordenamento de poder, mais fundamentais do que Hussein, uma figura já em decadência há muito tempo (e não somente por causa da guerra recente), continuarão acontecendo. Dentre estes, alguns episódios devem merecer acompanhamento: as negociações para o estabelecimento da constituição europeia que fracassaram na primeira quinzena de dezembro⁶, o fechamento de bases americanas na Alemanha e transferência destas tropas para o Leste

⁶ A ausência de consenso foi gerada pela posição de países menores na UE como a Polônia e Espanha no que se refere ao poder de voto na união. Enquanto Alemanha e França defendem votos proporcionais à importância, população e contribuição do país à UE, estes países sugerem a manutenção de uma igualdade entre os Estados membros, independentemente destes fatores (um país, um voto).

Europeu (os principais candidatos para receber estas tropas seriam Romênia, Polônia e Bulgária), a evolução do eixo russo-franco-alemão, as negociações comerciais na OMC e, em menor escala, as discussões da ALCA.

Para os democratas, Hussein é mais uma dificuldade a ser enfrentada em uma campanha que não decolou. Ainda que alguns “bons momentos” possam ter sido vistos em 2003, em especial quando a economia e a guerra prejudicavam Bush, o partido sente a ausência de um líder como Bill Clinton. Candidatos como o General Wesley Clark e Howard Dean, que recentemente conquistou o apoio de Al Gore, tem conseguido espaço na mídia, mas a posição democrata continua bastante tímida e defensiva, faltando propostas e um discurso alternativo e unificado. Como destacamos, ainda que cerca de 50% dos americanos estejam dispostos a votar em outro candidato que não Bush, as mesmas pesquisas indicam que os eleitores não conseguem identificar quem ele (ou ela) seria. Para vários analistas, a melhor proposta democrata continua sendo, por enquanto, Hillary 2008.

Por fim, esta “virada” de Bush, como ele mencionou, não representa a derrota do terror. Bin Laden continua com seu paradeiro desconhecido, o antrax permanece um mistério e, como destacado em recente artigo do *New York Times*, “Em Abril, quando Bagdá caiu e os soldados americanos começaram a procurar por armas de destruição em massa no Iraque, agentes federais encontraram uma quantidade de produtos químicos mortais muito mais perto- na cidade de Noonday, leste do Texas (...) Os exemplos continuam a crescer (...)” e ainda que “os terroristas domésticos da direita radical nunca irão realizar suas fantasias de uma ‘Revolução Ariana’, eles permanecem prontos, dispostos e capazes de matar por suas causas. Como vimos na cidade de Oklahoma e em 11/09, bastam alguns poucos fanáticos comprometidos para criar a destruição. Diante do passado violento dos grupos de ódio americanos, o FBI e o público deveriam prestar mais atenção a nossa própria versão criada em casa da Al-Qaeda”⁷. E, mais do que combater as sombras e trevas externas que caem sobre outros povos, talvez os EUA precisem observar, com seus olhos, os seus fantasmas.

⁷ LEVITAS, Daniel. “Our enemies at home”. NYT, December 13., 2003. www.nytimes.com



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *ReINet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o IBRI foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2002 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Irlanda do Norte: impasse para o governo Blair

Virgílio Caixeta Arraes*

Com a presença da aliança anglo-americana no Iraque tendo custos políticos e humanos cada vez mais adversos, não poderia ter sido pior para o governo Blair o resultado das últimas eleições na Irlanda do Norte, em que os extremos – Partido Unionista Democrático, liderado pelo pastor Ian Paisley, e Sinn Fein, conduzido por Gerry Adams – tornaram-se as principais forças parlamentares, colocando em xeque o amplo acordo de paz – Tratado da Sexta-Feira Santa –, assinado entre a Grã-Bretanha e a Irlanda, com a mediação dos Estados Unidos, em 1998.

A história do povo irlandês é uma das mais singulares da Europa. Apenas em 1921, na esteira da aguerrida resistência ao jugo britânico, o país recuperaria sua independência, ao tornar-se uma república. Todavia, parte de seu território, onde a população monarquista e protestante é maioria, permanece vinculado ao governo britânico. Nele, os lealistas ou unionistas constituem a elite sócio-econômica, em detrimento dos chamados nacionalistas – republicanos – que, portanto, se sentem tratados desigualmente, como se ainda vigorasse a situação colonial.

Após a assinatura do acordo, que encerrou um período de longos conflitos entre católicos republicanos – que aspiram à unificação das duas irlandas – e protestantes monarquistas – que desejam a manutenção do status quo –, uma nova era parecia alvorecer. Após 30 anos e mais de 3 mil e 500 mortes, o governo Blair obtinha um importante feito na conturbada região, tanto que seus principais implementadores – David Trimble, do Partido Unionista de Ulster, e John Hume, do Partido Trabalhista e Social Democrático – ganhariam o Nobel da Paz daquele ano, repetindo o feito de Betty Williams e Mairead Corrigan, que, em 1976, foram premiadas em prol dos esforços por paz na região.

Basicamente, o Tratado – precedido por um cessar-fogo do Exército Republicano Irlandês (IRA) no ano anterior, que possibilitou a entrada da agremiação de Adams nas negociações, ao mesmo tempo em que afastou a de Paisley – estabelecia o compartilhamento do novo poder parlamentar entre protestantes e católicos na formação do gabinete. Com isso, haveria a retirada parcial das tropas de ocupação britânicas (ainda há cerca de 12 mil militares), a restauração plena das atividades policiais e judiciárias e a garantia dos direitos humanos, contemplando a libertação de membros do IRA – como contrapartida, a organização deveria desarmar-se até meados de 2000. Submetido a referendo, o acordo seria aprovado pelo eleitorado de ambos os países. No primeiro pleito, os partidos de Trimble e Hume – vistos como moderados – dividiriam o poder.

Como gesto de boa vontade, o Sinn Fein foi convidado a integrar o governo, antes mesmo do desarmamento do IRA, com que mantém estreitos vínculos. Em outubro de 2002, as atividades do parlamento foram definitivamente suspensas pelo governo britânico, sob pretexto de que informações reservadas estariam sendo compartilhadas entre o Sinn Fein e o IRA.

Com o resultado dessa eleição, firma-se um impasse, porque um dos pólos – o lealista – recusa-se a participar de negociações com a presença do Sinn Fein, porque considera seus líderes, por causa da ligação com o IRA, simpatizantes do terrorismo. Destaque-se que o governo americano não inclui mais o grupo em sua lista de terroristas desde o final do ano 2000. Apesar disso, o IRA adiou o seu desarmamento, até outubro de 2001, por 3 vezes.

Os lealistas queixam-se de que essa ação não foi transparente, porque não houve publicidade da deposição, nem quantidade de armas entregues.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

Some-se que os lealistas solicitam a revisão do Tratado porque crêem que há muitas concessões à minoria católica. Por outro lado, os republicanos concordam com a manutenção do acordo e não vêem a necessidade de outra eleição, porque estão dispostos a dialogar para que o processo de paz avance.

Blair chegou a adiar por duas vezes a convocação da eleição, por recear a defenestração dos moderados de ambos os lados da chefia do gabinete. Se, até janeiro, não houver consenso para a formação do novo gabinete, nova eleição deverá ser convocada. É a esperança dos moderados irlandeses, especialmente de Trimble, para retornar ao poder, ao fiar-se na intransigência de Paisley em negociar com o Sinn Fein.

Para Blair, a convocação de novo pleito regional poderia ser o prenúncio para eleições gerais, se a

situação no Iraque também deteriorar-se. Para evitar isso, ele encarregou o Ministro Paul Murphy de negociar com todas as partes. Em 98, Murphy conseguiu com que todos os envolvidos cedessem. Como conseqüência, a Irlanda renunciou a incorporação da parte norte e a Grã-Bretanha aceitou a realização futura de um plebiscito para que a população decidisse sob qual soberania gostaria de estar.

Se houver novo escrutínio e confirmar-se resultado similar, o impasse não seria resolvido por novo recesso parlamentar, troca de ministro ou envio de tropas. O que haveria então? Como o próprio Blair afirmou, só há um caminho: o da contínua tentativa. Todavia, o tempo urge para que o tratado de 98 não passe para a história apenas como uma trégua temporária.



Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Assinatura Anual (2 Edições)

Brasil: R\$ 30,00

Exterior: US\$ 30,00

Envie o cupom de assinatura e a forma de pagamento escolhida (cheque ou cópia de depósito bancário) para:

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI

Caixa Postal 4400 – 70919-970 – Brasília-DF – Brasil – Telefax: (55 61) 307 1655

E-mail: ibri@unb.br <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Cupom de Assinatura:

Nome: _____

Instituição: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Tel.: () _____ Fax.: () _____

País: _____ E-mail: _____

Período de assinatura: () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos

Envie junto com este cupom depósito bancário no valor da(s) assinatura(s) em favor do **IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, efetuado na conta 437552-1, agência 3603-X, Banco do Brasil.

No se me va a doblar la mano

Carlos Eduardo Vidigal*

O governo de Néstor Kirchner, decorridos quase sete meses desde sua posse, em 25 de maio, tem o que comemorar, tanto em relação à área econômica quanto à área externa, embora a situação da Argentina ainda seja grave. A manutenção de Roberto Lavagna à frente do ministério da Economia e a continuidade das diretrizes econômicas, estabelecidas desde meados de 2002, deram ao país a tranquilidade necessária. Na área externa, a inauguração da "*diplomacia estilo K*", como denominou a imprensa argentina, redirecionou a política externa do país na busca de uma nova inserção internacional, por meio de ações pragmáticas e da ocupação dos espaços que se abrem para o país.

O atual governo argentino é herdeiro de uma sociedade traumatizada pela crise política do final do ano de 2001 e pela maior crise econômica da história do país. Porém, é tributário da gestão Duhalde-Lavagna que, embora não tenha evitado os efeitos da profunda crise que atravessou o país, pelo menos, tornou-a menos dura. Desde 27 abril de 2002, quando substituiu Jorge Remes Lenicov na pasta da Economia, Lavagna abandonou o anúncio de planos econômicos bombásticos, comuns no governo De La Rúa, e aplicou medidas de menor impacto, mas de grande eficiência.

Para Lavagna, qualquer política econômica se sustenta sobre três pilares: as políticas monetária, fiscal e de renda, embora não se esgote nelas. As políticas sociais, de produção e de ordem econômico-comercial e financeira são partes essenciais da mesma, e, nesse sentido, procurou executar um conjunto de programas articulados que são reiteradamente comunicados à sociedade e executados dia após dia. Uma orientação que objetiva tornar sustentável a idéia central de

aumentar a produção e gerar postos de trabalho¹.

O programa econômico em curso na Argentina se sustenta nos três pilares mencionados. A política fiscal está dirigida para a obtenção do superávit necessário para cumprir com os compromissos internos e externos do país. Ao mesmo tempo procura desenvolver uma política de impostos que desestime a evasão e a elisão fiscal, privilegiando tributos favoráveis à produção e ao investimento. Simultaneamente se busca uma política de gastos públicos transparente, que prioriza a integração regional, os gastos sociais e a aposta no futuro, por meio da educação, da ciência e da tecnologia. A política monetária tem como objetivo central assegurar a estabilidade de preços, sem comprometer o nível da atividade econômica e o de emprego. A política de renda procura respeitar as tendências profundas dos mercados e, simultaneamente utilizar as faculdades do poder público para corrigir as falhas do mercado.

As políticas fiscal, monetária e de renda conformam um programa econômico muito distinto, em essência, do que predominou nos anos 1990. Embora tenha que "*reparar un barco en alta mar*", na expressão José Nun, o governo Kirchner tem navegado com competência. O objetivo é ganhar em "*densidad nacional*", termo cunhado pelo economista Aldo Ferrer para caracterizar o conjunto de circunstâncias que determinam a atitude de uma sociedade para defender com eficácia seus interesses nacionais, no contexto de relações internacionais globalizadas. Por exemplo, a capacidade do país de estabelecer regras que facilitem a integração social, a acumulação de capital e de tecnologia no tecido produtivo e a

* Professor do Curso de Relações Internacionais do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) e doutorando em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

¹ LAVAGNA, Roberto. Hay un plan económico y se ven los resultados. **Ministerio de Economía y Producción**, declaraciones de funcionarios. Buenos Aires, 10 ago. 2003. Disponível em: <www.mecon.gov.ar>. Acesso em 17 dez. 2003.

incorporação, nas exportações, de bens e serviços com maior valor agregado².

Foi essa a inspiração do governo argentino durante as negociações com Fundo Monetário Internacional, que permitiram ao atual governo não incorrer em erros já cometidos anteriormente, notadamente na elevação dos impostos para fins de pagamento dos compromissos externos, o que prejudicaria os investimentos internos. Daí a reação de Kirchner em relação às “advertências” do FMI, feitas por meio de documento extra-oficial, no sentido de que o país deveria aumentar o superávit primário para fazer frente àqueles compromissos: **“no se me va a doblar la mano”**³.

A política econômica do governo Kirchner é um dos principais sustentáculos de sua política externa. Talvez se trate de um exemplo típico de “diplomacia presidencial”. Um indício foi a seguinte declaração de diplomata do San Martín: *“no tenemos premisas claras con respecto a los temas centrales de la política exterior, porque todo depende de Kirchner y el presidente es cambiante”*⁴. Outro aspecto importante são as declarações do chanceler Rafael Bielsa.

Para Bielsa, o governo deve ter uma política pragmática que zele pela soberania do país. Nesse sentido, sustenta que a Argentina é um país pouco interessante para os Estados Unidos e que deve agir com maturidade nesse relacionamento. Ser amigo dos Estados Unidos não significa, nas palavras do chanceler, assumir os inimigos dos Estados Unidos como inimigos da Argentina. Na área econômica, por exemplo, é necessário fazer valer as fortalezas relativas e tratar de obter acordos onde os interesses e as prioridades argentinas sejam claramente visíveis⁵.

Quanto à integração regional, a Argentina procura fortalecer o Mercosul, sem deixar de apoiar as negociações com a ALCA. Bielsa acredita que, no caso da ALCA, a diplomacia argentina não deve deixar uma cadeira vazia e sim negociar e buscar vantagens para o país. No Mercosul, a prioridade é trabalhar em ações concretas: compartilhar consulados, missões comerciais, compartilhar tarefas técnicas no Conselho de Segurança, compartilhar empreendimentos estratégicos. É nesse contexto que se entende a aceitação do convite feito por Celso Amorim para que um diplomata argentino acompanhe as negociações brasileiras relativas ao Conselho de Segurança.

Como se percebe, há uma convergência das políticas econômicas e externas da Argentina e do Brasil (embora não se tenha trabalhado o caso brasileiro), mais no segundo caso que no primeiro, que sinalizam em direção a um Mercosul efetivamente mais denso. Mas é evidente que os problemas pelos quais passam Brasil e Argentina não são desprezíveis. No caso da Argentina, a moratória e os acordos que se seguiram ainda não garantem o futuro do país. Boa parte de seus credores internacionais ainda não se conformaram com o tratamento dado pelo governo Kirchner à questão.

Kirchner, na “queda-de-braço” com o FMI, tem reiterado que não aumentará os pagamentos feitos ao exterior, se eles implicarem a redução dos investimentos e a diminuição do crescimento interno. Embora as pressões sejam grandes, há coerência na política econômica do país, e desta com sua política externa, de modo que Kirchner tem condições de cumprir sua promessa e não deixar que lhe dobrem a mão.

² FERRER, Aldo. El acuerdo con el FMI. **Archivos del Presente**. Buenos Aires, ano 8, número 30, pp. 197-220, 2003.

³ Nueva advertencia de Kirchner al FMI. **La Nación**. Buenos Aires, 17 dez. 2003. Disponível em: <www.lanacion.com.ar>. Acesso em 17 dez. 2003.

⁴ Un lugar en el mundo. Diplomacia estilo K. **La Nación**. Buenos Aires, 16 nov. 2003. Disponível em: <www.lanacion.com.ar>. Acesso em 16 dez. 2003.

⁵ “Somos poco interesantes para EE.UU.”. **La Nación**. Buenos Aires, 16 nov. 2003. Disponível em: <www.lanacion.com.ar>. Acesso em 16 dez. 2003.

Otimismo real ou vitória de Pirro: a situação da ocupação iraquiana

Virgílio Caixeta Arraes*

“We’ve considerably pushed back the numbers of engagements against coalition forces (...) We’ve been hitting back pretty hard. We’ve forced them to slow down the pace of their operations (...) Well, I guess what we need to do is go back to the laws of war and the Geneva Convention and all of those issues that define when a structure ceases to be what it is claimed to be and becomes a military target (...) We’ve got to remember that we’re in a low-intensity conflict where the laws of war still apply”¹.

A captura de Saddam Hussein, há alguns dias, por tropas americanas parece simbolizar o almejado rumo ao estado de normalidade esperado pelos Estados Unidos no Iraque, desde a decretação do fim da primeira fase, proclamada pelo Presidente Bush, no dia 1º de maio. Deste modo, somar-se-iam à prisão do antigo ditador a diminuição expressiva dos ataques diários às tropas da aliança anglo-americana, a reação mais contundente às abordagens inimigas e a própria viagem do Presidente americano ao Iraque. O conjunto dos eventos, portanto, sinalizaria o abrandamento da situação, ocasionando otimismo à desgastada operação de deposição do Partido Baath, visto que a procura por armas de destruição em massa torna-se cada vez mais apenas peça de retórica para justificar a guerra perante a opinião pública mundial. Todavia, uma análise mais detida demonstra que a situação não está de forma alguma estabilizada.

A forma como foi efetuada a prisão do antigo déspota iraquiano revela que a resistência iraquiana, ou ao menos a sunita, realiza-se sem sua inspiração ou comando direto, visto que, em torno de si, não havia homens de suas antigas tropas de confiança – fedaim ou combatentes da Guarda Republicana. Hussein entregou-se sem resistência e demonstrava abatimento, consoante as fotos divulgadas.

Sua detenção sela definitivamente a necessidade entre os sunitas e também entre os baathistas de encontrar novas lideranças, que seriam forjadas ou aceitas, provavelmente, em face de sua capacidade

de resistir à ocupação. Além disso, em função dos expurgos praticados internamente em decorrência dos efeitos políticos da Revolução Iraniana, em 1979, e da Guerra Irã-Iraque, ao longo dos 80, lideranças sunitas temem sofrer discriminação semelhante, se uma teocracia instalar-se no país pela maioria xiita, de forma que a insurgência deve continuar como sobrevivência política.

Com vistas aos xiitas, cessou o temor de uma remota volta do ditador ao poder, o que pode reforçar a vontade de estabelecer um regime teocrático, ao estilo iraniano, dado que constituem a maioria da população, indo, naturalmente, de encontro ao plano inicial americano de um governo de composição, que refletisse todos os segmentos do país, inclusive o dos exilados. Destaque-se que os ataques a tropas ou a civis da aliança não decorrem apenas dos sunitas. Com o anúncio da possível saída dos Estados Unidos no meio de 2004, é possível que todos os grupos de expressão política ou religiosa preparem-se para assumir o poder à força, sem consideração à forma democrática, tão propalada pela aliança como necessária à região do Oriente Médio;

Em relação à diminuição dos ataques diários a tropas, o General Ricardo Sanchez, Comandante-Chefe da ocupação, afirmou que houve redução expressiva – de quase 50 para pouco mais de 20. Todavia, se a ação contra alvos militares reduziu-se efetivamente, houve o seu deslocamento parcial para civis: sete agentes espanhóis, dois diplomatas

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

¹ GeneralRicardoSanchez.In:<http://www.nytimes.com/2003/12/07/international/middleeast/07TACT.html?pagewanted=2&hp>

japoneses e três trabalhadores (um colombiano e dois coreanos). No entanto, novembro foi o mês mais sangrento para as tropas: mais de 100 mortos da coligação, dos quais 80% norte-americanos. A queda do número de ataques refere-se apenas a contingentes americanos;

A reação militar mais intensa às abordagens, especialmente com vistas à de Samara. Não há clareza sobre o que realmente teria acontecido lá. Uma das táticas utilizadas pelos insurgentes é confrontar tropas anglo-americanas em vias urbanas, de forma que a possibilidade de baixas civis, em decorrência da rápida necessidade de reação dos ocupantes e do porte dos seus armamentos empregados, é extremamente alta. Com isso, naturalmente, a população sente-se cada vez mais atemorizada pela presença das tropas, seja no patrulhamento cotidiano, seja em deslocamentos.

O governo americano declarou que a meia centena de mortes teria sido de insurgentes ligados a Sadam Hussein – os fedaim, que, confiantemente, estariam com seus antigos uniformes, ao empreender a emboscada. Ante a intensidade do combate, não houve registro por parte do governo americano de civis mortos ou feridos. Se as tropas garantiam a segurança de um carregamento de dinheiro para bancos iraquianos, há a possibilidade de terem sido criminosos comuns, que tentaram valer-se dos mesmos métodos dos insurretos para o assalto. Do outro lado, os americanos reagiram conforme treinados, ou seja, como soldados e não como policiais ou vigilantes de bancos. Mas há versões de que teriam sido oito mortos ‘apenas’, incluindo civis. Tal acontecimento levanta um ponto menosprezado geralmente pelos meios de comunicação: a precária segurança dos civis em meio aos confrontos entre ocupantes e insurretos²;

Viagem a Bagdá: duas visitas significativas à capital iraquiana na semana do Dia de Ação de Graças. Uma do Presidente Bush; a outra da Senadora Hillary Clinton³. Anteriormente, o Presidente Johnson havia visitado um teatro de guerra, o Vietnã, e mesmo durante a II Guerra, o Presidente Roosevelt encontrou-se com o Primeiro-Ministro Churchill, no Canadá

(1941). A ida de Bush a Bagdá seria o símbolo da gradativa normalidade da vida civil no Iraque. Todavia, a viagem foi cercada de mistério – oficialmente, o Presidente estava no Texas – e durou cerca de duas horas. Certamente, em seus deslocamentos, o Presidente deve cercar-se de todos os cuidados, mas não houve sequer contato com civis iraquianos, porque o séqüito presidencial não se deslocou das instalações militares.

Paralelo a isso, no início do mês, o Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos, Collin Powell, incursionou tanto na ONU como na OTAN para solicitar mais apoio à presença estrangeira no Iraque. Para a França e a Alemanha, só haveria o envio de tropas sob chancela da ONU, o que significaria compartilhar também o acesso aos vultosos contratos de reconstrução da infra-estrutura e exploração do petróleo. Dentro da OTAN, alega-se que a presença no Afeganistão com alguns milhares de combatentes já compromete muito os recursos da organização. Ademais, solicita-se a revisão da dívida externa do Iraque com França, Alemanha e Rússia principalmente.

Desta forma, o desfecho da ocupação do Iraque caminha para o oposto ao pretendido pelos neoconservadores no período que precedeu a invasão: os Estados Unidos necessitam externamente do apoio da ‘velha Europa’ – expressão do Ministro Rumsfeld para menosprezar o seu peso político –, encabeçada por França e Alemanha, e mesmo da tibia ONU, que prontamente corroborou a presença da aliança ao instalar-se no Iraque, a pretexto de auxílio humanitário.

No Iraque, a força política dos xiitas torna-se cada vez mais visível, inclusive com a exigência de eleições diretas para a escolha do governo, o que lhes propiciaria o comando governamental. A intenção da aliança anglo-americana era transformar o Iraque em uma democracia secular para tornar-se o contrapeso da Arábia Saudita absolutista e teocrática. No entanto, involuntariamente, a aliança parece gerar ali uma nova teocracia, contribuindo ainda mais para a instabilidade política e econômica da região, que é detentora das maiores reservas petrolíferas do mundo.

² <http://famulus.msnbc.com/FamulusIntl/reuters12-03-092037.asp?reg=MIDEAST>

³ <http://clinton.senate.gov/~clinton/news/2003/2003C01341.html>

Lula na África II: o safári do Presidente e a imprensa brasileira

Wolfgang Döpcke*

Já faz mais do que uma semana que o Presidente está de volta do seu safári histórico pelo continente africano: tempo suficiente para refletir um pouco sobre a cobertura desta viagem pela imprensa brasileira. Uma lástima, pois em contraste com a dedicação e a competência que normalmente demonstra no tratamento de temas internacionais e da política exterior, a imprensa brasileira decepcionou muito no acompanhamento dos passos presidenciais pelo continente negro. Com pouca imaginação e muito centrada no Presidente (e no seu Ministro cantor e bailarino Gilberto Gil) a imprensa, tanto os escolhidos para as benesses do séquito presidencial quanto aqueles que ficaram aboletados em suas escritaninhas no Brasil e olharam de longe, reproduziram timidamente os comunicados e pronunciamentos oficiais e praticaram um jornalismo personalista, digno da tradicional crônica da Corte das monarquias do século XIX. Faltou distanciamento crítico das declarações majestáticas, dos discursos solenes e dos comunicados do Itamaraty, faltaram reflexões mais profundas sobre o significado, o *background* e o contexto da viagem. Careceu, principalmente, de reportagens mais profundas sobre a própria África, reportagens que fugissem da imagem estereotipada, ressuscitada pela viagem. A realidade africana e suas múltiplas facetas não foram percebidas, se deixarmos de lado certas imagens recentes (por exemplo: Moçambique = Aids; Angola, promovida de símbolo de guerra civil para eldorado empresarial) e dos discursos aproximativos (língua comum, semelhança, afinidade cultural, irmandade, “dívida histórica” e oportunidade comercial). Deu-se a impressão de que a viagem acontecera num contexto abstrato, num mundo vazio e não num continente real com populações vivas (além de Presidentes e autoridades).

Faltaram vozes africanas, que não fossem apenas Presidentes ou Ministros, nas reportagens.

A África esteve especialmente ausente nesta viagem pela África, na medida em que temas da política doméstica brasileira se infiltraram, até açambarcarem tudo, na agenda africana. Sabendo muito bem que viagens não somente relaxam o corpo (lembrem-se dos passos dançantes tímidos do casal presidencial na chegada em Maputo ou das performances profissionais do ministro Gilberto Gil) e refrescam a memória (Correio Brasiliense: “Ao ver a garotada uniformizada [no aeroporto de São Tomé], Lula fez uma cobrança pública a Cristovam Buarque. “Ainda está me devendo o projeto”, disse, referindo-se à idéia de tentar tornar obrigatório no país o uso de uniforme para as crianças em idade escolar.” 3/11/2003) mas também soltam a língua (ver as chamadas gafes do Presidente, a serem comentadas mais adiante), os jornalistas assediaram Lula para arrancar-lhe segredos da política doméstica. Tiveram pequenos sucessos: em certos momentos temas como a reforma ministerial, a reforma política, o acordo com FMI e o crime em São Paulo chegaram a dominar as manchetes da viagem africana. A África, nestas muitas ocasiões, servia como palco para a encenação de temas alheios, provocando até certos desencontros nas reportagens e confusão na cabeça do leitor. Por exemplo, a reportagem do Correio Brasiliense no dia 5 de novembro publica uma foto superdimensionada, mostrando o Presidente junto com 4 rapazes com a bandeira do Corinthians, destacando a seguinte manchete: “Lula se irrita com desaforo do crime”. As explicações da foto somente aumentam a confusão e deixam dúvidas: “Diante da bandeira do Corinthians, Lula cumprimenta time de futebol poucos antes de deixar Angola: ‘O crime organizado é mais difícil de combater’”.

* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB).

No dia seguinte, o mesmo jornal acrescentou mais uma, nesta vez com uma foto colorida maravilhosa. Esta foto, capturando muito bem os movimentos, mostra Gilberto Gil dançando com uma bailarina moçambicana, e o Lula, dona Marisa Letícia (com um sorriso meio forçado), o presidente moçambicano Chissano e outras pessoas observando. Manchete: “A vez da reforma política”, e o subtítulo da foto: “Lula observa o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, dançar com bailarina, em Maputo: Prioridade agora é a reforma política”. O desencontro tanto entre a manchete e a foto quanto entre as duas partes do subtítulo é óbvio – ao não ser que o denominador comum seja o dança dos ministros (ou das cadeiras ministeriais). Mas além disto, há ainda algo mais de errado neste documento fotográfico: ao contrário das afirmações do texto, Lula não está observando de forma alguma seu ministro, mas sim a dançarina e, parece até, os movimentos mais evidentes desta. Aliás, pelo jeito o espetáculo impressionou profundamente os observadores, especialmente os jornalistas. O senhor Augusto Nunes, escrevendo para o Jornal do Brasil (9/11/2003) se destacou pela intuitiva compreensão não somente “da cultura africana”, mas também da predisposição psicológica do nosso Ministro de Cultura. Gilberto Gil “viveria seu grande momento em Maputo”. (...) Previsivelmente”, escreve o jornalista, e a palavra “*previsivelmente*” merece destaque, “a força de sons ancestrais influenciou de modo notável sobretudo o comportamento do ministro Gilberto Gil, integrante da comitiva que acompanhou o presidente Lula na viagem à África. [...] Em outros países ele já cantara e dançara. O clímax se deu em Maputo, onde Lula (com a mulher Marisa Letícia sempre ao lado) foi homenageado com um espetáculo de negritude ondulante. De repente, Gil pareceu incorporar alguma entidade e entrou em transe. No começo pareciam espasmos. O ritmo, a ginga e o compasso mostraram que tudo estava sob controle [graças a Deus!!]. E então Gil dançou como dançaram seus antepassados.” Será que isso acontece com todos os afro-descendentes ou podemos observar aqui uma certa aglomeração de clichês? Mas

nem Lula escapa da sessão de psicanálise do jornalista, que mais adiante no mesmo artigo propõe um pequeno re-ordenamento do espaço político africano (chamando o Estado de São Tomé e Príncipe de “Cabo Verde e Príncipe” – ao final, são todos ilhas). Pelo tom dos comentários, Lula parece ter um sério problema com seu próprio país: “Esbanja alegria e desembaraço em viagens que o distanciam do Brasil. (...) E a África exerce efeitos mágicos sobre forasteiros”. “Efeitos mágicos” – o que, pelo amor de Deus, o jornalista quer dizer com isto? Gilberto Gil, descendente da África, sob a influência dos ancestrais e o presidente Lula, como forasteiro, sob efeitos mágicos? Alguém segure esta turma!

Mas pode ser que o jornalista tenha recorrido às complexidades da psicologia cultural somente para compreender a famosa “gafe” do Presidente ou até as declarações feitas em Moçambique (isso foi depois de seu Ministro ter saído do transe) sobre reforma política no Brasil. Esboçando à jovem democracia moçambicana seu programa de reforma política (“o objetivo é moralizar a atividade política no Brasil” – Correio Brasiliense, 6/11/2003) o Presidente chegou a explicar como funciona democracia no Brasil: “A oposição é para isso mesmo: falar mal dos outros” e “Como sou de um partido fantástico, que, quando tem de fazer crítica, é meu partido mesmo que faz, não precisa nem da oposição.” Este discurso, diga-se de passagem, segundo o jornal Valor Econômico, só esquentou nos dez minutos finais. Antes, provocou sonolência em muitos que estavam na audiência, inclusive, em alguns ministros da sua delegação.” (6/11/2003) Nem é necessário perguntar por quê!

Voltando à inestimável contribuição dos psicanalistas para a explicação desta viagem e de seu *background* político. A senhora Betty Milan, “escritora e psicanalista, autora de, entre outros livros, ‘A Paixão de Lia’”, chegou a comentar numa coluna da Folha de São Paulo (7/11/2003) o fato (?) que o nome de Lula foi cogitado para o Prêmio Nobel da Paz. Nesta coluna ela descobre traços da cultura e personalidade do Presidente que devem também ter alto valor explicativo no campo da política exterior. “Lula é um

pacifista por saber que a paz implica o uso comedido das palavras e por ensinar a paciência”, escreva a senhora doutora. “A sua origem social certamente contribui para isso, pois, como dizia Mario de Andrade, a paciência é o sexo do povo brasileiro. O pacifismo do presidente se inscreve, portanto, em nossa tradição.” Até agora tudo bem! “Uma tradição”, continua a doutora, “em que poderia se inspirar o movimento europeu que hoje questiona a pressa gerada pela globalização, o Movimento dos Sem Pressa. Nasceu com o nome de “Slow Food” e continuou com o nome de “Slow Europe” (...).” A adesão lulista a esta tradição explicaria, por exemplo, a descrição brasileira nas questões de direitos humanos durante a recente visita na ilha de Cuba. Mas tem mais. O pacifismo de Lula seria profundamente enserido na cultura brasileira, “uma cultura incapaz de conceber, como a indiana, o recurso ao jejum e à mortificação do corpo,” Agora se juntam as peças do quebra-cabeça: “*slow food*” but “*much food*” – isto faz sentido e explica muito.

Vamos voltar ao culto do corpo nem um pouco mortificado. Gilberto Gil foi, sem dúvida, “a atração à parte numa viagem em que o presidente Luiz Inácio da Silva era a estrela.” (O Globo, 8/11/2003). “Ele dançou, cantou e deu autógrafos ...” (ibid) nas “canjas”, “como são chamadas apresentações voluntárias, sem cobrança de ingresso. Essas ficam para viagens oficiais.” (de novo: Augusto Nunes no Jornal do Brasil). Pergunta-se espontaneamente se o Gil já deu apresentações não-voluntárias (tipo: você ou canta ou morre! Mas esta possibilidade talvez seja imaginável: a mesma reportagem de O Globo relata que, na ocasião do almoço oferecido pelo Presidente de São Tomé, “Lula fez seu ministro cantar de novo”).

É óbvio que Gilberto Gil, cantor, se tornou uma das principais armas da diplomacia brasileira, dando um novo (ou velho – quem sabe) significado ao conceito diplomático de “concertação”, conceito que, por exemplo, se manifesta em eventos históricos como o “Concerto Europeu” no Congresso de Viena. Mas ainda resta mistério sobre estas canjas. Quando Lula e sua comitiva desembarcaram em São Tomé,

segundo a jornalista Denize Bacoccina da BBC Brasil, uma ilha de 800 metros quadrados (sic) – imaginem: o tamanho de um terreno comum no Lago Sul em Brasília, sem área verde – foram recebidos não somente por cerca de dois mil santomenses (= mais que 1% da população) mas também por um trio elétrico tocando uma das maiores manifestações da cultura brasileira dos últimos tempos: música do grupo É o Tchan!. Quem sempre pensou de que se não trata de música mas sim de uma performance visual centrada no rebolado de uma loirinha tem agora a prova do contrário. Seja como for, o fato interessante é que o nosso ministro retribuiu a gentileza (alguns disseram que ele se vingou) cantando outra peça do inesgotável repertório da música brasileira: a versão aporuguesada do clássico de Bob Marley “No woman, no cry!”. A escolha desta música permanece enigmática: referiu-se à ausência da loirinha do Tchan ou ao fato de que o Gil viajava sem acompanhante e o Lula pôde levar a Primeira Dama? ... ninguém sabe, até o Itamaraty, que normalmente explica tudo, deixa o observador no escuro.

A busca frenética por temas da política doméstica levou os jornalistas a uma outra descoberta arrasadora. Já no início da viagem, nos espaços apertados de São Tomé, a mesma Denize Bacoccina, e com ela grande parte da imprensa brasileira, descobriram um sinistro esquema na composição da comitiva brasileira. Tinha oito ministros e dois secretários e “curiosamente, vários desses ministros estão entre os mais cotados para ser substituídos numa reforma ministerial. (...) Por outro lado, nenhum dos ministros do chamado ‘núcleo duro’ (...) acompanha o presidente na viagem à África.” (BBC Brasil e outros jornais, 2/11/2003). Lula, muito teimoso, recusou qualquer comentário, abrindo, assim, muito espaço interpretativo. Será que o verdadeiro motivo da viagem era de se livrar destes ministros e abandoná-los na selva africana? Improvável. Entretanto, a imprensa não explorou plenamente esta possibilidade.

Falando em comitiva: um dos fatos mais comemorados foi a significativa participação de

empresários brasileiros na comitiva, sublinhado o seu caráter “econômico” e de “negócio”. Entretanto, estes empresários se mostraram tão ágeis que era até impossível contar o seu número. As estimativas oscilam entre os diversos jornais entre 60, mais do que 100 e 160. Mesmo assim o Presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, reclamou do fato de que estes empresários tivessem “pulado o seu país” e ido direto para o paraíso empresarial de Angola.

A viagem se encerrou com a famosa gafe de Lula, um desfecho antes do encerramento oficial na África do Sul, que revela muito menos uma predisposição preconceituosa do Presidente do que o clímax trágico das reportagens personalistas da corte do rei, praticadas pela imprensa brasileira. Incapaz de se livrar desta perspectiva e de dar substância profunda e independente aos seus relatos da viagem, a imprensa arrojou-se sobre a frase de Lula (“Quem chega a Windhoek, não parece estar num país africano (...). Poucas cidades são tão limpas”), como um leão faminto sobre sua presa.

Choveram manchetes como: “Lula diz que cidade, limpa e bonita, nem parece da África” (Folha de São Paulo); “Gafe: Lula relaciona a África à sujeira” (O Globo); “A Gafe do Presidente: Nem parece a África

/ Oposição não perdoa” (Jornal do Brasil); “Viagem à África – A última do Lula (Correio Brasiliense, que contextualiza a “gafe” numa seqüência de “pérolas presidenciais”). Mas a verdadeira gafe (gafe: “ação e/ou palavras impensadas, indiscretas, desastradas; mancada” – Aurélio), as verdadeiras “palavras impensadas” são da imprensa brasileira, que não conseguiu se livrar das seduções do jornalismo fácil e barato dos pronunciamentos e comunicados.

Para ser justo: a imprensa brasileira cobriu razoavelmente bem certos aspetos da viagem (por exemplo, o interesse econômico renovado por alguns países africanos, as intenções brasileiras no combate à Aids no continente, a agenda social da presença brasileira na África), deu algum espaço a comentários de especialistas (por exemplo o colega Altemani na BBC Brasil, José Gonçalves em O Globo e Flávio Saraiva e Wolfgang Döpcke no Correio Brasiliense), mas em geral não superou o jornalismo do tipo reportagem cortesã. O continente africano e as vozes africanas ficaram ausentes e a imprensa brasileira perdeu uma boa oportunidade de direcionar seu olhar para as condições reais dos países visitados e de trazer um pouco mais para perto o continente africano.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial: Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e edit. eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br